



**Demonstrações Financeiras
Consolidadas Preparadas de Acordo com
as Normas Contábeis Internacionais -
IFRS**

Banco Original S.A

31 de Dezembro de 2017

Relatório dos Auditores Independentes	1
Demonstrações Financeiras	
Balancos Patrimoniais	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	9
Nota 2 . Base de Preparação	9
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	11
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa	16
Nota 5 . Aplicação no mercado aberto, depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras	16
Nota 6 . Instrumentos Financeiros	17
Nota 7 . Empréstimos e Recebíveis e Perdas por Redução ao Valor Recuperável	21
Nota 8 . Ativos Fiscais e Passivos Fiscais Diferidos	22
Nota 9 . Outros Ativos Financeiros	24
Nota 10 . Ativo Imobilizado	24
Nota 11 . Ativo Intangível	24
Nota 12 . Outros Ativos	24
Nota 13 . Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	24
Nota 14 . Outros Passivos Financeiros	26
Nota 15 . Provisões	26
Nota 16 . Obrigações Fiscais	26
Nota 17 . Outros Passivos	27
Nota 18 . Patrimônio Líquido	27
Nota 19 . Limites Operacionais	27
Nota 20 . Partes Relacionadas	28
Nota 21 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	29
Nota 22 . Outras Despesas	29
Nota 23 . Despesas Gerais e Administrativas	29
Nota 24 . Despesas Tributárias	29
Nota 25 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	30
Nota 26 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	30
Nota 27 . Resultado por Ação	37
Nota 28 . Cessão de Marca e Domínio	37
Nota 29 . Reconciliação	37
Nota 30 . Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos	37
Relatório do Comitê de Auditoria	39

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Original S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 30 às demonstrações financeiras consolidadas do Banco, que descreve sobre o Acordo de colaboração premiada de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., esta atual acionista indireta do Banco, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a entidade possui transações relevantes com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras consolidadas. Nossa opinião não está sendo ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras consolidadas das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	53.727	42.718
Aplicações no mercado aberto	5	59.999	886.056
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	142.252	65.978
Aplicações em moedas estrangeiras	5	62.976	17.929
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	6	1.438.109	165.404
Ativos financeiros mantidos para negociação		1.438.109	165.404
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	6	632.356	777.397
Ativos financeiros disponíveis para venda		632.356	777.397
Empréstimos e Recebíveis	7	4.800.105	5.088.355
Empréstimos e Recebíveis		4.959.551	5.313.563
Perda por Redução ao Valor Recuperável		(159.446)	(225.208)
Outros Ativos Financeiros	9	21.163	25.005
Ativos Fiscais		313.777	248.887
Impostos a compensar		34.965	8.730
Impostos diferidos	8.a	278.812	240.157
Outros Ativos	12	446.367	508.703
Imobilizado de uso	10	69.782	98.534
Ativos intangíveis	11	673.941	639.434
Total do Ativo		8.714.554	8.564.400
Passivo			
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado		6.311.949	6.156.557
Recursos de clientes	13.a	3.970.214	3.148.858
Recursos de instituições financeiras	13.b	485.660	390.091
Recursos de emissão de títulos	13.c	1.856.075	2.410.770
Outros Passivos Financeiros	14.a	-	206.838
Outras provisões	15.a	40.151	41.311
Obrigações Fiscais	16	12.144	31.139
Impostos correntes		12.144	31.139
Outros Passivos	17	252.007	226.263
Total do Passivo		6.616.251	6.455.270
Patrimônio líquido			
Capital Social	18.a	2.130.001	2.130.001
Outros Resultados Abrangente	18.b	614	3.554
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(32.313)	(24.425)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		2.098.302	2.109.130
Participação de acionistas não controladores		1	-
Total do Patrimônio Líquido		2.098.303	2.109.130
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		8.714.554	8.564.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Produto Bancário		647.572	419.513
Receita de juros e similares	7.f	800.198	761.915
Despesa de juros e similares	13.d	(548.856)	(630.955)
Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos	6.b	292.955	224.593
Receita de serviços e comissões	21	36.712	34.184
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	7.d	63.306	29.236
Resultado de operações de câmbio	9.a	3.257	540
Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos	7.d	(32.983)	(185.705)
Produto Bancário Líquido de Perdas por Redução Recuperável		614.589	233.808
Outras Receitas e Despesas		(651.384)	(226.427)
Despesas de pessoal	23.a	(330.885)	(294.181)
Outras despesas administrativas	23.b	(361.265)	(326.200)
Despesas Tributárias	24	(34.825)	(23.457)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas		-	(3.669)
Outras Receitas e Despesas	22	40.293	55.362
Resultado de alienações	28	35.298	365.718
Resultado antes dos impostos		(36.795)	7.381
Imposto de renda e contribuição social	25	28.906	17.323
Lucro/ Prejuízo líquido do exercício		(7.889)	24.704
Atribuível aos acionistas:			
Controladores		(7.888)	24.704
Não controladores		(1)	-
Lucro/ Prejuízo básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas (expresso em R\$ por ação)			
Lucro/ Prejuízo por ação ordinária		(7.610)	23.834
Lucro/ Prejuízo por ação preferencial		(278)	870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

		01/01 a	01/01 a
	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Lucro/ Prejuízo Líquido do Período		(7.889)	24.704
Outros Resultados Abrangentes	18.b	614	3.554
Ativos financeiros disponíveis para venda - Ajuste ao valor de mercado		636	6.776
Efeito dos impostos		(22)	(3.222)
Resultado Abrangente do período		(7.275)	28.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Outros Resultados Abrangentes</u>			Total Patrimônio Líquido Acionistas Controladores	Total Patrimônio Líquido Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio líquido
	Capital Social	Ajuste a Valor Justo de Ativos Financeiros	Lucros/(Prejuízos) acumulados			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.130.001	(10.976)	(49.129)	2.069.896	2.605	2.072.501
Total de Resultados Abrangentes do Período	-	14.530	-	14.530	-	14.530
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	14.530	-	14.530	-	14.530
Lucro Líquido do Exercício controladores	-	-	24.704	24.704	-	24.704
Destinações:						
Participação não controladores			-	-	(2.605)	(2.605)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.130.001	3.554	(24.425)	2.109.130	-	2.109.130
Total de Resultados Abrangentes do Período	-	(2.940)	-	(2.940)	-	(2.940)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-	(2.940)	-	(2.940)	-	(2.940)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício controladores	-	-	(7.888)	(7.888)	-	(7.888)
Destinações:						
Participação não controladores	-	-	-	-	1	1
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.130.001	614	(32.313)	2.098.302	1	2.098.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Atividades operacionais			
Lucro Líquido		(7.889)	24.704
Ajustes para reconciliar o lucro antes da tributação ao caixa líquido das atividades operacionais		151.296	255.433
Perda por redução ao valor recuperável reconhecido decorrente de perda de crédito	7.d	32.983	185.705
Depreciação	23	105.626	43.673
Tributos diferidos		(38.655)	(32.223)
Provisão para Ações - Trabalhistas e Cíveis		6.356	1.869
Provisão de Participações no Lucro		42.154	52.740
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas		2.901	3.669
Outros Ajustes		(69)	-
Lucro Líquido do exercício ajustado		143.407	280.137
Variações em Ativos e Passivos			
Redução (Aumento) em Aplicações no Mercado Aberto e Depósitos Interfinanceiros		639.687	(73.465)
Redução (Aumento) em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Aumento) em empréstimos e recebíveis		(1.137.034)	(209.347)
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros		354.012	173.035
Redução (Aumento) em Outros Ativos Fiscais		3.842	(1.601.853)
(Aumento) em outros ativos		(64.890)	-
Aumento (Redução) em Passivo Financeiro ao Custo Amortizado		62.336	28.699
Redução em outras provisões		155.392	2.391.709
Aumento (Redução) em Obrigações Fiscais		(1.160)	(300.086)
Aumento em outros passivos		(18.995)	(26.571)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais		25.744	(105.977)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais		162.341	556.281
Atividades de Investimento			
Aquisição de Imobilizado de Uso		(21.903)	(75.728)
Aquisição de ativos intangíveis		(89.373)	(164.623)
Alienação de Investimento		-	642
Aquisição de Investimento		1.994	(8.099)
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento		(109.282)	(247.808)
Atividades de Financiamento			
Juros pagos sobre o capital próprio e dividendos		-	-
Aumento de capital em dinheiro		(3.910)	-
Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento		(3.910)	-
Aumento de caixa e equivalente de caixa		49.149	308.473
No início do exercício	4	934.337	625.864
No encerramento do exercício	4	983.486	934.337

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Original S.A. (Banco), é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, de crédito e financiamento, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, nº 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Bases de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros, "International Financial Reporting Standards" - IFRS, emitidos pelo "International Accounting Standard Board" - IASB e as interpretações do "International Financial Reporting Interpretation Committee" - IFRIC descritos nesta nota explicativa. Portanto, estas demonstrações financeiras consolidadas e estão em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo IASB e as interpretações emitidas pelo IFRIC.

A reconciliação e a descrição dos efeitos da transição das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen (BRGAAP), para o IFRS, relativas ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e o lucro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, estão demonstradas na Nota Explicativa 29.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Conglomerado Financeiro Original conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

As demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco estão apresentadas em milhares de reais exceto quando indicado no qual sua moeda funcional e de apresentação é o Real.

2.1. Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a utilização de diversas estimativas e premissas para calcular certos valores reconhecidos ou divulgados nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

a) Estimativas Contábeis e Julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas em IFRS requer o uso de estimativas contábeis críticas baseadas no julgamento da administração para a seleção e aplicação das políticas contábeis. A administração acredita que as premissas adotadas são apropriadas e que o Banco apresenta suas demonstrações financeiras de maneira fidedigna.

a.1) Avaliação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro em uma determinada data é observado pelo seu valor de venda ou aquisição por duas partes acordadas, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o valor que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (valor cotado ou valor de mercado), referenciado na hierarquia de avaliação do valor justo, detalhado na Nota Explicativa 3.

a.2) Perdas por Redução do Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis

O Banco executa o reconhecimento da provisão para perdas por redução do valor recuperável utilizando o método da perda histórica e análise individual das maiores operações de crédito para a divulgação em IFRS.

Para determinar o montante de perdas que devem ser registradas para um crédito ou para uma determinada classe de créditos, o Banco exerce seu julgamento analisando as evidências objetivas que indicam se houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixa esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas que se correlacionam com as expectativas de perdas por valor recuperável. A Administração do Banco utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar a quantidade e o momento dos fluxos de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas e as perdas efetivas.

a.3) Redução do Valor Recuperável de Ativos não Financeiros - ("Impairment")

O reconhecimento contábil de um ativo deve demonstrar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar depreciação ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma perda (provisão), ajustando o valor contábil líquido.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. Vale destacar que no período em questão não ocorreram perdas significativas.

a.4) Intangível

O IAS 38 define o ativo intangível como um ativo não monetário identificável sem substância física. Essa definição nos remete ao Pronunciamento Conceitual Básico ("Framework") que estabelece que um ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem benefícios econômicos futuros para a entidade. Três pontos dessa definição devem ser analisados com especial atenção tendo em vista o reconhecimento de um ativo intangível: identificação, controle e geração de benefícios econômicos futuros. Um intangível só deve ser reconhecido se atender a esses três pontos. Demais gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos e por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital. Conforme as regras estabelecidas no parágrafo 58 do IAS 38 para ativos intangíveis gerados internamente, esses gastos serão amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassarão dez anos, quando finalizar a fase do desenvolvimento.

a.5) Provisões e Passivos contingentes

O Banco revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores jurídicos. Para as contingências classificadas como prováveis, são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica de Provisões para Contingências. Para contingências classificadas como possíveis o Banco divulga o montante em nota explicativa.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme Nota Explicativa 15.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.6) Reconhecimento e Avaliação de Impostos Diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são contabilizados sobre diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL não utilizada. Apurados de acordo com o IAS 12.82a.

O reconhecimento do ativo fiscal diferido depende do julgamento da Administração quanto à probabilidade e suficiência de lucros tributáveis futuros.

A previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, para os anos subsequentes está suportada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos aprovados pela Administração, e revistos no mínimo a cada data de balanço. Para mais informações sobre imposto de renda, veja Nota Explicativa 8.

2.2. Bases de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco Original S.A, bem como da sua agência no exterior.

a) Controladas

São classificadas como controladas as entidades sobre as quais o Banco está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As controladas são consolidadas pelo método integral desde o momento em que a Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

As empresas consolidadas em 2016 e 2017 :

- Original Asset Management Ltda.
- Original Corporate Ltda.
- Original Promotora Ltda.

b) Principais Procedimentos de Consolidação

Para fins de consolidação, a entidade controladora adotou práticas contábeis consistentes e uniformes. Vale mencionar os principais procedimentos de eliminação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre o Banco Original S.A, Original Asset Management Ltda, Original Corporate Ltda e Original Promotora Ltda, exceto os ganhos ou perdas em transações em moeda estrangeira. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

2.3) Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras

a) Pronunciamentos Contábeis a serem adotados

Os pronunciamentos contábeis analisados a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações financeiras e não foram adotados de forma antecipada:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

O Banco Original SA estabeleceu grupo de trabalho multidisciplinar para analisar a nova norma e os seus processos, frente às novas regras de classificação, mensuração e impairment de instrumentos financeiros.

O Banco trabalha na definição de modelos internos com o objetivo de analisar as alterações necessárias para adequar as classificações e registros contábeis, bem como estimar o impairment do risco de crédito.

Com base nas primeiras análises realizadas, tendo em vista a característica da carteira de crédito onde (a) há pouca representatividade do segmento de varejo, (b) carteira de cessão de recebíveis de curto prazo e cuja contrapartida são grandes grupos econômicos sem histórico relevante de perdas e (c) carteira do segmento Coporate e Agro com constituição de garantias de alta qualidade, entendemos que não ocorrerão alterações relevantes na mensuração da carteira de operação de crédito decorrentes da adoção da nova norma.

Os Ativos Financeiros classificados como Empréstimos e Recebíveis e Mantido até o vencimento sob a IAS 39 serão classificados, a custo amortizado, por se entender que as operações de crédito atendem ao critério de "somente principal e juros" (SPPJ); esta classificação não trará qualquer impacto no resultado da instituição.

Os Instrumentos de patrimônio disponíveis para a venda serão classificados como valor justo, e dependendo da sua natureza e investimento, suas variações serão registradas em outros resultados abrangentes. Atualmente, os instrumentos de patrimônio que a instituição possui, são classificadas como valor justo no resultado e está alinhado com o gerenciamento de riscos e as melhores práticas contábeis onde os Instrumentos financeiros devem ser classificados, não pela intenção de obtenção de ganho financeiro em função da oscilação de preços, e sim pelo plano de negócio da entidade.

Os Instrumentos financeiros classificados atualmente pelo valor justo através do resultado ou em outros resultados abrangentes, não sofrerão alterações quanto a sua classificação, visto que, estão aderentes ao modelo de negócio da instituição.

Com relação aos passivos financeiros, as classificações dos instrumentos continuarão sem alterações relevantes em relação à norma atual.

Os requisitos para contabilização de cobertura (hedge accounting), o Banco continuará aplicando os requerimentos previstos na IAS 39, haja vista que a própria IFRS 9 facultou a aplicação dos novos conceitos de hedge accounting, enquanto a norma não for emitida por completo, já que o conceito do Macro Hedge ainda não foi divulgado pelo IASB.

Os futuros impactos da transição serão baseados nas melhores estimativas na data do relatório e os ajustes identificados serão reconhecidos em lucros acumulados na data da transição, sensibilizando diretamente o patrimônio líquido.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – O pronunciamento contábil substituirá a IAS 18 – Receita e IAS 11 – Contratos de Construção, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita retrate a transferência de bens ou serviços para o cliente. Esta nova norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018 e não trará impactos para as demonstrações financeiras da instituição.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

IFRS 16 – Arrendamentos – O pronunciamento contábil substituirá a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A nova norma eliminará a contabilização de arrendamento operacional para a entidade arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento. Para a entidade arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

Alteração IFRS 4 – Contratos de Seguro – Aplicação em conjunta com o IFRS 9 - A alteração permite aos bancos mitigarem possíveis impactos da adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros antes da vigência da norma IFRS 17 – Contratos de Seguro, por meio de 2 (duas) opções. Esta nova norma não traz impactos para a instituição, tendo em vista que não operamos com contratos de seguros.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Conversão de Moeda

a.1) Moeda Funcional e de Apresentação

O IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente o apuração de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e a extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

a.2) Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos financeiros expressos em moeda estrangeira são reconvertidos para reais na data de balanço à taxa de câmbio em vigor na respectiva data, e as diferenças cambiais resultantes são reconhecidas no resultado na rubrica "Variações cambiais (líquidas)".

b) Caixa e disponibilidades em bancos

O Banco define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Aplicações no Mercado Aberto e Títulos e Valores Mobiliários, que fazem parte da gestão de caixa, com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudanças de valor, conforme demonstrado na Nota Explicativa 4.

c) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

O Banco apresenta suas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado vide nota explicativa 5.

d) Aplicações no Mercado Aberto/Captações no Mercado Aberto

O Banco dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) e de venda com compromisso de recompra (compromisso de recompra) de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrado ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Similares e Despesas de Juros e Similares, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

e) Ativos e Passivos Financeiros

e.1) Definição

De acordo com o IAS 39, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma empresa e simultaneamente a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio para outra empresa.

Instrumentos de Patrimônio é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

Derivativo é qualquer instrumento financeiro com vencimento em data futura cujo seu valor justo se modifica em resposta às mudanças de uma ou mais variáveis de mercado (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou "rating" de crédito), no qual não haja investimento inicial ou que este seja inexpressivo em comparação ao investimento inicial que seria efetuado em outros instrumentos financeiros não derivativos que respondam de forma similar às mudanças nas mesmas variáveis de mercado destacadas acima.

e.2) Reconhecimento e Classificação dos Instrumentos Financeiros

e.2.1) Data de Reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna uma parte interessada na relação contratual do instrumento. Isso inclui (regular "waytrades"): compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

e.2.2) Reconhecimento Inicial de Instrumentos Financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e.2.3) Classificação dos Instrumentos Financeiros para Fins de Mensuração

Os instrumentos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

● **Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento:** essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o Banco tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos a perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo. Não há títulos mantidos até o vencimento no exercício de 2017 e 2016.

● **Ativos e Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado):** essa categoria inclui os ativos e passivos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação. Os ativos e passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período, os derivativos não designados como instrumentos de cobertura "hedge", se encaixam nesta categoria. As mudanças do valor justo desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Resultado Líquido com Investimento em Títulos e Derivativos";

● **Ativos Financeiros Disponíveis para Venda:** investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não-derivativos que são designados nesta categoria no reconhecimento inicial ou que não são classificados em outras categorias de ativos financeiros. Títulos patrimoniais não cotados em bolsa, cujo valor justo não pode ser mensurado de forma confiável, são contabilizados pelo valor de custo. Todos os demais instrumentos de dívida disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado;

● **Empréstimos e Recebíveis:** essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros; e

● **Passivos Financeiros ao Custo Amortizado:** passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de captação de recursos realizadas pelas instituições financeiras.

e.3) Mensuração dos Instrumentos Financeiros e Reconhecimento das Mudanças do Valor Justo

e.3.1) Mensuração ao Custo Amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do seu reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, adicionado ou reduzido da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor de resgate no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções por redução ao valor recuperável, inclusive na carteira de empréstimos e recebíveis.

e.3.2) Mensuração e Reconhecimento ao Valor Justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras do negócio e independentes entre si na realização de uma transação justa de mercado, na data de balanço.

Quando disponível, o Banco determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Para os demais instrumentos financeiros sem preços cotados em mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, que podem incluir transações recentes realizadas entre partes independentes em condições justas de mercado, referência ao valor justo de instrumentos similares, método de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções. As técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco utilizam o máximo possível de dados de mercado, baseando-se no mínimo possível em estimativas específicas do Banco, incorporando todos os fatores que os demais participantes do mercado considerariam na determinação de um preço de negociação, e são consistentes com metodologias econômicas amplamente reconhecidas e utilizadas pelos demais participantes do mercado na precificação destes instrumentos financeiros. Os dados utilizados nas técnicas de avaliação representam razoavelmente as expectativas de mercado e avaliações dos fatores inerentes de risco e retorno do instrumento financeiro avaliado. O Banco calibra as técnicas de avaliação utilizadas e as testam para validação utilizando preços de transações de mercado atualmente observáveis do mesmo instrumento ou baseadas em outros dados de mercado observáveis.

A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial é reconhecida subsequentemente na demonstração do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação, e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornem-se completamente observáveis.

O Banco classifica ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado na ocorrência de uma das situações abaixo:

● Os ativos ou passivos são administrados, avaliados e reportados internamente com base no valor justo; e

● A classificação elimina ou reduz significativamente um descasamento que de outra forma poderia ocorrer.

A Nota Explicativa 6 estabelece o valor de cada classe de ativo ou passivo financeiro que foi classificado a valor justo por meio do resultado. A descrição da base para classificação está na nota explicativa referente a cada classe relevante de ativo e passivo.

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros para os quais não há preços cotados observáveis no mercado requer o uso de técnicas de avaliação conforme descritas na Nota Explicativa 6. Os métodos que o Banco deverá adotar para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis:

● **Nível 1:** O Banco utiliza cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário "ativo" e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades;

Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo;

● **Nível 2:** Na ausência de cotações públicas, para ativos idênticos, o Banco, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos de balcão, CRI, Debêntures e captações, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (B3) estão alocados neste nível;

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

● Nível 3: Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016, não haviam instrumentos financeiros enquadrados neste nível. Em 31 de dezembro de 2017 havia uma única debênture de aproximadamente R\$ 16 milhões cujo preço não era divulgado no mercado, utilizando-se portanto modelo interno para sua precificação.

e.4) Identificação e Mensuração de Redução ao Valor Recuperável

Em cada data de balanço, o Banco avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado apresentam redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros são considerados com redução ao valor recuperável quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável. A análise sobre o que constitui a perda por redução ao valor recuperável é uma questão de julgamento criterioso.

O Banco considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos como no nível coletivo (massificado). Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar redução ao valor recuperável agrupando-se ativos financeiros (contabilizados ao custo amortizado) com características de risco similares. As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo instrumentos de patrimônio) possuem redução ao valor recuperável incluem: quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros (operações em Recuperação Judicial, Confissão de Dívida e atrasos com mais de 90 dias), dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador, análise com base nas renegociações efetuadas pelo Banco, desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras, dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira e condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Na avaliação da redução ao valor recuperável coletivo, o Banco utiliza estudos históricos da probabilidade de inadimplência e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indicam que perdas reais tenham probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado na rubrica "Perda por Redução ao Valor Recuperável". Os juros de ativos com redução ao valor recuperável são revertidos contra o resultado do período, por não haver expectativa de recuperação.

Para as operações identificadas com evidência objetiva de redução ao valor recuperável são avaliadas as expectativas de recuperações de crédito, considerando aspectos como: o risco total do cliente, capacidade de pagamento do devedor, prazo de recebimento, probabilidade de recuperação e outros aspectos significativos para avaliar a capacidade de recuperação do crédito em situação de redução ao valor recuperável. Bem como as garantias recebidas consideradas fator mitigante da perda no valor recuperável.

Em adição, para investimentos em instrumentos de patrimônio, uma perda significativa ou prolongada no seu valor justo abaixo do custo inicial representa uma evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável com Instrumentos de Dívida disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período.

Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida em Instrumentos de Dívida disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do período. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de patrimônio disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para redução ao valor recuperável atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

e.5) Reclassificação dos Ativos Financeiros

Uma vez que um instrumento financeiro foi classificado em uma categoria no reconhecimento inicial, ficam restritas as circunstâncias em que é permitida a transferência à outra categoria.

De acordo com o IAS 39 é permitida a reclassificação de certos ativos financeiros de uma categoria que exige mensuração do valor justo (isto é, mantidos para negociação ou disponíveis para venda) em outra categoria sob circunstâncias limitadas. No entanto, os derivativos e ativos financeiros designados pelo valor justo por meio de resultado, não são elegíveis para reclassificação.

Ainda assim o IFRS define "circunstâncias excepcionais" como um único evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo. Na data da reclassificação, o valor justo de qualquer ativo financeiro reclassificado se torna o seu novo custo ou custo amortizado. Qualquer ganho ou perda já reconhecido no resultado não é revertida.

e.6) Desreconhecimento de Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos. Qualquer interesse sobre ativos financeiros transferidos, criados ou retidos pelo Banco, deve ser reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Banco efetua a baixa de passivos financeiros quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiradas.

O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos, ou uma porção deles, são retidos pelo Banco. Caso todos ou a maioria dos riscos e benefícios sejam retidos, os ativos transferidos não devem ser baixados do balanço patrimonial. Transferências de ativos com retenção de todos ou da maioria dos riscos e benefícios incluem, por exemplo, cessão de créditos com coobrigação e operações de venda de títulos com compromisso de recompra.

Nas transações em que o Banco não retém e transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro, é feita a baixa do respectivo ativo quando o Banco deixa de exercer controle sobre este.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em certas transações o Banco mantém a obrigação de prestar serviços sobre os ativos financeiros transferidos. Os ativos transferidos nesse caso são baixados em sua totalidade se cumprir os critérios de baixa. Um ativo ou um passivo é reconhecido pelos direitos do serviço prestado, quando o valor cobrado pelo serviço cobre os custos (um ativo) ou é inferior aos custos (um passivo) para a realização do serviço.

O Banco realiza a baixa de empréstimos e recebíveis e de instrumentos de dívida quando estes são considerados incobráveis.

f) Empréstimos e Recebíveis

Nesta categoria estão registrados os empréstimos e adiantamentos efetuados a instituições financeiras e a clientes. As operações são contabilizadas a valor justo, mais os custos de transação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o procedimento utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período em sua respectiva conta.

O Banco classifica uma operação de crédito como não performando quando identifica evidência objetiva de perda na operação, desta forma a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado em "Perdas por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos"

f.1) Perda por Redução ao Valor Recuperável

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda de seu valor recuperável e o valor contábil é reduzido por meio da constituição de perdas por redução de seu valor recuperável, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido, utilizando-se a taxa efetiva de juros para descontar os fluxos de caixa futuros a fim de mensurar a perda por redução do valor recuperável.

O Banco realiza a análise dos ativos financeiros, a carteira de empréstimos e adiantamentos, contabilizados ao custo amortizado, periodicamente. Para tanto, o Banco faz uso de julgamentos para verificar a existência de indicadores da impossibilidade de recuperação ("impairment") destes ativos. Estes indicadores correspondem a dados observáveis sobre impactos adversos na capacidade de pagamentos de devedores. Quando verificada a necessidade de reconhecimento do "impairment", para perdas incorridas, estes valores são reconhecidos e as provisões para perdas por redução do valor recuperável constituídas nas demonstrações financeiras.

Para a constituição desta provisão, decorrente de "impairment", de ativo financeiro ou empréstimo, o Banco adota processo estruturado de monitoramento contínuo de indicadores, tendo por base critérios objetivos e observáveis.

Para a apuração desta provisão é realizado cálculo das estimativas das perdas incorridas com base na diferença do valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa estimados. Para isto, o Banco segrega sua carteira de ativos financeiros, contabilizados ao custo amortizado, em duas classes:

- Análise Individual, para contratos e valores individualmente significativos (operações superior a R\$ 3 milhões e classificação mínima / rating "C");
- Análise coletiva, para contratos e valores não significativos individualmente.

Na análise individual, para as operações individualmente significativas, o Banco mantém um acompanhamento periódico e faz uma análise individual de cada contrato de empréstimo ou financiamento, utilizando modelagem baseada na monitoração dos critérios elegíveis e de sinais de alerta.

Na análise coletiva, para as operações não significativas individualmente, o Banco faz julgamentos baseados nas perdas históricas para ativos com características similares ou homogêneas, quanto à evidência objetiva de "impairment", utilizando-se de modelos de cálculo e de abordagens estatísticas que permitem derivar as provisões para as perdas incorridas. Os modelos e as premissas utilizadas para os cálculos de "impairment" são revisadas periodicamente.

g) Outros Ativos e Passivos Financeiros

Estes são basicamente compostos de câmbio, rendas a receber, negociação e intermediação de valores e depósitos em garantia. Os valores contábeis desses ativos/passivos são mensurados ao valor justo, uma vez que representam valores a serem recebidos / pagos no curto prazo. Todos esses itens representam ativos/passivos sem riscos significativos de mercado, de crédito e de liquidez.

h) Imobilizado em Uso

De acordo com o IAS 16, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Nota Explicativa 10.

O Ativo Imobilizado inclui o valor de sistemas de processamento de dados, instalações, móveis e equipamentos, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável.

i) Ativos Intangíveis e Ágio

Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e que ocorrerá provavelmente a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva e são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por "softwares" adquiridos junto a fornecedores externos e por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassará dez anos.

Com base nas informações apresentadas no IAS 38 e suportado pelas projeções de fluxo de caixa preparados, baseando-se assim na provável geração de benefícios econômicos futuros, o Banco entende que todos estes gastos ligados ao Projeto Digital, terão sua vida útil definida, em 10 anos.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O reconhecimento das provisões para o Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo acumulado, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A despesa de impostos sobre a renda é reconhecida no resultado, exceto quando advinda de uma transação reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes; nesse caso, o efeito fiscal é reconhecido no próprio resultado abrangente. É calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota cabível ao lucro real do período e das variações dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Os ativos e passivos diferidos incluem as diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou receber sobre as diferenças entre o valor contábil e sua respectiva base fiscal. Os ativos diferidos sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração.

k) Outros Ativos e Passivos

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e provisão para perda, quando julgada necessária.

l) Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais ou menos a amortização acumulada, calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável "impairment".

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Recursos de Clientes Nota Explicativa 13.a;
- Recursos de instituições financeiras Nota Explicativa 13.b;
- Recursos de emissão de títulos Nota Explicativa 13.c

m) Outras Provisões

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Passivos contingentes são avaliados e divulgados de acordo com o IAS 37, e são obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os passivos contingentes do Banco decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios do Banco movidos por terceiros, ex-funcionários em ações cíveis e trabalhistas.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, leva em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possam ser estimados com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica "Provisões para Contingências";
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações Financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

n) Capital Social

O Capital Social do Banco é constituído por ações ordinárias e preferenciais e classificadas no Patrimônio Líquido, conforme descrito na Nota Explicativa 18.

o) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

No exercício de 2017 não foi deliberado dividendos na forma de JCP.

p) Lucro/(Prejuízo) por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício, de acordo com o IAS 33 Lucro por Ação. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O Banco informa que não existem fatores diluente de ações, desta forma o lucro por ação e lucro diluído por ação são os mesmos.

q) Reconhecimento de Receitas e Despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são os resumidos a seguir:

q.1) Receitas e Despesas com Juros e Similares

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

q.2) Comissões e Itens Similares

As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).

Taxas e comissões pagas decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizado.

q.3) Outras Receitas e Despesas

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados/incorridos pelo Banco, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

r) Garantias Financeiras

O Banco emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

Passivos de contratos de garantias financeiras são registrados inicialmente ao valor justo, que geralmente é o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações.

s) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. As cessões de crédito ocorridas com partes relacionadas foram efetuadas a valor contábil. Essas transações estão demonstradas na Nota Explicativa 20.

t) Benefícios a Empregados

Os benefícios que o Banco dispõe aos seus funcionários são avaliados conforme as regras dispostas na IAS 19 - Benefícios a Funcionários, assim, os mesmos estão relatados conforme abaixo:

t.1) Benefícios Pós-Emprego

A despesa pós-emprego que o Banco disponibiliza aos seus funcionários refere-se, a extensão do plano de saúde, após o desligamento, por um período de 6 (seis) meses.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	53.727	42.718
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	110.096	891.619
Ativos Financeiros	819.663	-
Total	983.486	934.337

5. Aplicação no mercado aberto, depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras

A metodologia para determinação do valor justo está descrita na Nota 3.e.3.2.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2017 Total
Aplicações no Mercado Aberto	59.999	62.976	-	122.975
Posição Bancada	59.999	-	-	59.999
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	59.999	-	-	59.999
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	62.976	-	62.976
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	62.976	-	62.976
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	119.968	22.284	-	142.252
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	53.722	-	-	53.722
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinc.Crédito Rural	66.246	22.284	-	88.530
Total	179.967	85.260	-	265.227

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	31/12/2016 Total
Aplicações no Mercado Aberto	886.056	17.929	-	903.985
Posição Bancada	802.040	-	-	802.040
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	419.986	-	-	419.986
Letras do Tesouro Nacional - LTN	15.000	-	-	15.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	367.054	-	-	367.054
Posição Financiada	84.016	-	-	84.016
Notas do Tesouro Nacional - NTN	84.016	-	-	84.016
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	17.929	-	17.929
Aplicações em Moedas Estrangeiras	-	17.929	-	17.929
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.563	60.415	-	65.978
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	5.563	-	-	5.563
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - Não ligadas vinc.Crédito Rural	-	60.415	-	60.415
Total	891.619	78.344	-	969.963

As operações compromissadas encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), os prazos referem-se ao lastro da operação, e as aplicações em DI estão custodiadas na B3.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

6. Instrumentos Financeiros

A metodologia para determinação do valor justo está descrita na Nota 3.e.3.2.

a.1) Classificação por Título, Vencimento, Valor Justo e Curva

a.1.1) Ativos Financeiros mantidos para negociação

a.1.1.1) Títulos Privados e Públicos

	31/12/2017				
	Sem Vencimento	Até 3 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil/ Valor Justo	Valor de Curva
Carteira Própria					
Títulos Públicos					
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	31.114	31.114	31.039
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	714.810	68.794	783.604	782.100
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	104.853	-	104.853	104.866
Títulos Privados					
Ações de Companhias Abertas	329.761	-	-	329.761	231.911
Total Carteira Própria	329.761	819.663	99.908	1.249.332	1.149.916
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos Públicos					
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	-	80.270	80.270	80.078
Total Vinculados a compromisso de recompra	-	-	80.270	80.270	80.078
Vinculados à prestação de garantias					
Títulos Públicos					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	106.513	106.513	103.830
Total Vinculados a prestação de garantias	-	-	106.513	106.513	103.830
Total Títulos mantidos para negociação	329.761	819.663	286.691	1.436.115	1.333.824

	31/12/2016				
	Sem Vencimento	Até 3 meses	Acima de 12 meses	Valor Contábil/ Valor Justo	Valor de Curva
Carteira Própria					
Títulos Privados					
Ações de Companhia Abertas	46.461	-	-	46.461	24.930
Cotas de Fundo multimercado	29.008	-	-	29.008	29.008
Títulos Públicos					
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	-	12.625	12.625	12.627
Vinculados a compromissos de recompra					
Títulos Públicos					
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	-	100.956	100.956	100.992
Total Títulos mantidos para negociação	75.469	-	113.581	189.050	167.557

a.1.1.2) Derivativos

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais notional estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2017		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
NDF			
Posição Ativa			
Pré-Fixado	4.157	3.908	827.544
Dólar	495	929	460.818
Dólar	3.662	2.979	365.064
Real	-	-	1.662
Passivo			
Prefixado	(6.030)	(7.875)	(827.544)
Prefixado	(2.273)	(4.350)	(365.064)
Dólar	(3.594)	(3.389)	(457.962)
Real	(66)	(64)	(1.662)
Euro	(97)	(72)	(2.856)
Diferencial Líquido	(1.873)	(3.967)	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Swap			
Posição Ativa	4.319	6.214	216.497
Prefixado	4.041	4.883	143.810
Dólar	35	275	18.533
CDI	22	810	52.808
SELIC	221	246	1.346
Passivo	(338)	(253)	(216.497)
Prefixado	(3)	(15)	(42.808)
Dólar	(335)	(238)	(152.348)
CDI	-	-	(19.995)
SELIC	-	-	(1.346)
Diferencial Líquido	3.981	5.961	-

31/12/2016

Valor

Referencial do

NDF	Valor de Curva	Valor Justo	Contrato
Posição Ativa	21.469	22.117	1.566.552
Pré-Fixado	21.221	21.987	766.065
Dólar	248	130	800.487
Passivo	(42.511)	(48.688)	(1.566.552)
Pré-Fixado	(42.400)	(48.604)	(800.486)
Dólar	(11)	(84)	(762.622)
Euro	-	-	(3.444)
Diferencial Líquido	(21.042)	(26.571)	-

Swap			
Posição Ativa	1.401	3.191	91.723
Pré-Fixado	123	1.271	41.702
Dólar	861	1.274	25.063
CDI	417	646	24.958
Passivo	(121)	-	(91.723)
Pré-Fixado	(68)	-	(26.216)
Dólar	-	-	(23.805)
CDI	(53)	-	(41.702)
Diferencial Líquido	1.280	3.191	-

Opções			
Posição Passiva	-	(10)	(3.500)
Futuro Dólar	-	(10)	(3.500)
Diferencial Líquido	-	(10)	(3.500)

COE (Certificado de Operação Estruturada)			
Posição Ativa	-	53	4.070
Dólar	-	53	4.070
Posição Passiva	-	(309)	(4.070)
Dólar	-	(309)	(4.070)
Diferencial Líquido	-	(256)	-

31/12/2017

31/12/2016

Resumo	Custo - Valor a Receber/(a Pagar)		Total	Valor Referencial dos Contratos		Valor Referencial dos Contratos
	Valor Justo	Valor Justo		Valor de Mercado	Valor de Mercado	
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	(1.873)	(2.094)	(3.967)	827.544	(5.529)	1.566.552
Contratos de "Swap" a Receber/(Pagar)	3.981	1.980	5.961	216.497	1.911	91.723
Contratos de Opções a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	17	3.500
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	-	-	-	(256)	4.070
Contratos de Mercado Futuro a Receber/(Pagar)	-	-	-	-	-	-
Total	2.108	(114)	1.994	1.044.041	(3.857)	1.665.845

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1.1.3) Derivativos por Vencimento

				31/12/2017
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	(1.917)	(2.410)	360	(3.967)
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	3.614	1.595	752	5.961
Total	1.697	(815)	1.112	1.994

				31/12/2016
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Operações NDF a Receber/(Pagar)	5.318	(31.889)	-	(26.571)
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	1.364	1.120	707	3.191
Operações Opções a Receber/ (Pagar)	(10)	-	-	(10)
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	(256)	-	(256)
Total	6.672	(31.025)	707	(23.646)

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de boi gordo, DI, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 1.173 ativos (31/12/2016 – R\$ 9.618 ativos), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores" Nota 9.

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados na B3, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 118.966 (31/12/2016 - R\$ 172.127) sendo este representado por LTN R\$ 106.513 e NTN R\$ 12.453. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, e na B3.

a.1.2) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

	Sem Vencimento				31/12/2017	
		Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Valor Contábil/Valor Justo	Valor de Curva
Carteira Própria						
Títulos Públicos						
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	3.889	3.889	3.881
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	991	114.071	115.062	114.615
Títulos Privado						
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	-	-	3.468	3.468	3.468
Debêntures ⁽²⁾	-	-	20.014	23	20.037	20.031
Nota promissória	-	-	-	50.228	50.228	50.119
LF Pós-Principal e Encargos	-	-	1.549	-	1.549	1.549
Total Carteira Própria	-	-	22.554	171.679	194.233	193.663
Vinculados a compromissos de recompra						
Títulos Públicos						
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	192.212	196.635	388.847	387.869
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	10.055	10.055	10.012
Títulos Privados						
Debêntures ⁽²⁾	-	-	-	8.579	8.579	8.449
Total Vinculados a compromisso de recompra	-	-	192.212	215.269	407.481	406.330
Vinculados a prestação de garantias						
Títulos Públicos						
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	12.453	12.453	12.364
Outros						
Cotas Fundo FILCB - MARGEM B3	18.189	-	-	-	18.189	18.000
Total Vinculados a prestação de garantias	18.189	-	-	12.453	30.642	30.364
Total Títulos Disponíveis para Venda	18.189	-	214.766	399.401	632.356	630.357

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Esses papéis são remunerados à taxa de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

(2) Estas Debêntures são remuneradas 100% do CDI + 4,25% a.a. e seu vencimento é em fevereiro de 2019. Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

	De 3 a 12		Valor Contábil/	
	Meses	Acima de 12 Meses	Valor Justo	Valor de Curva
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	20.469	20.469	19.844
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	50.570	50.570	49.647
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	31.564	187.675	219.239	218.031
Total Títulos Públicos	31.564	258.714	290.278	287.522
Títulos Privado				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	3.012	3.012	2.989
Debêntures ⁽²⁾	51.848	323	52.171	51.109
Nota Promissória	54.337	-	54.337	54.383
Total Títulos Privados	106.185	3.335	109.520	108.481
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	50.076	99.884	149.960	148.953
Total Títulos Públicos	50.076	99.884	149.960	148.953
Títulos Privado				
Debêntures ⁽²⁾	-	55.512	55.512	55.410
Total Títulos Privados	-	55.512	55.512	55.410
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	60.758	60.758	58.903
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	32.726	78.643	111.369	111.330
Total Vinculados a prestação de garantias	32.726	139.401	172.127	170.233
Total Disponíveis para Venda	220.551	556.846	777.397	770.599

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

b) Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Rendas de Títulos de Renda Fixa	92.119	44.751
Rendas de Títulos de Renda Variável	88.899	13.290
Resultado de Títulos no Exterior	128	26.637
Total de Títulos	181.146	84.678
NDF	24.899	85.874
"Swap"	10.358	(72.063)
Opções	318	43.140
Futuro	76.269	82.930
COE (Certificado de Operação Estruturada)	(35)	34
Total de Derivativos	111.809	139.915
Total de Ganho Líquido com Títulos e Derivativos	292.955	224.593

b.1) Hedge de Investimento Líquido no Exterior

O Banco Original utiliza instrumentos derivativos na gestão de seus riscos em investimentos no exterior da Agência Cayman, cuja moeda de suas operações está em dólar. O instrumento derivativo utilizado é feito na forma de hedge de fluxo de caixa.

O Banco documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge. O Banco também documenta, mediante elaboração de teste de efetividade, sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados são eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2017, o impacto no resultado do componente inefetivo foi no valor de R\$ (1.288), contabilizado na rubrica de Ganho/(Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

7. Empréstimos e Recebíveis e Perdas por Redução ao Valor Recuperável

a) Composição por Produto

	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos	1.424.077	1.350.081
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	280.928	379.198
Capital de Giro	886.146	825.335
Conta Corrente Garantida	71.740	100.446
Empréstimo Consignado	573	2.315
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	8	45
Cheque Especial	45.413	13.874
Empréstimo Rotativo	14.359	14.884
Crédito Pessoal	37.061	5.371
Outros empréstimos	87.849	8.613
Financiamentos	938.604	1.323.886
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	733.977	920.277
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	93.755
Financiamentos Imobiliários	61.329	155.409
Operações de crédito vinculado a cessão	143.298	154.445
Adiantamentos a contratos de câmbio	69.031	91.394
Outros Créditos	2.527.839	2.548.202
Recebíveis adquiridos	2.521.539	2.538.902
Outros créditos	6.300	9.300
Subtotal	4.959.551	5.313.563
Perdas por Redução ao Valor Recuperável	(159.446)	(225.208)
Total	4.800.105	5.088.355

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

b) Concentração por Setor de Atividades

	Parcelas			Total
	Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	
	31/12/2017			
Setor Privado				
Rural	15.895	693.503	416.155	1.125.553
Indústria	35.252	405.447	394.383	835.082
Financeiro	-	3.346	-	3.346
Pessoas Físicas	90.086	200.274	8.555	298.915
Comércio	23.773	2.247.381	146.840	2.417.994
Serviços	353	154.751	89.606	244.710
Outros	317	30.776	2.858	33.951
Total	165.676	3.735.478	1.058.397	4.959.551

	Parcelas			Total
	Vencidas a partir de 15 dias	Parcelas a Vencer até 12 Meses e Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias	
	31/12/2016			
Setor Privado				
Rural	91.242	839.112	386.008	1.316.362
Indústria	74.126	684.104	395.209	1.153.439
Financeiro	58.632	2.208.774	89.673	2.357.079
Pessoas Físicas	17.179	112.152	5.885	135.216
Outros Serviços	1.271	278.687	71.509	351.467
Total	242.450	4.122.829	948.284	5.313.563

c) Concentração de Crédito

	Valor	% da Carteira	31/12/2017	
			Perda por redução ao valor recuperável	% Perda por redução ao valor recuperável
10 Maiores Devedores	1.043.824	21%	1.755	1%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.377.118	28%	44.280	28%
100 Maiores Devedores Seguintes	648.790	13%	10.612	7%
Demais Devedores Seguintes	1.889.819	38%	102.799	64%
Total	4.959.551	100%	159.446	100%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Valor	% da Carteira	31/12/2016	
			Perda por redução ao valor recuperável	% Perda por redução ao valor recuperável
10 Maiores Devedores	1.191.768	22%	68.284	30%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.394.597	26%	80.029	36%
100 Maiores Devedores Seguintes	783.734	15%	24.136	11%
Demais Devedores Seguintes	1.943.464	37%	52.759	23%
Total	5.313.563	100%	225.208	100%

d) Movimentação da Provisão de Perdas por Redução ao Valor Recuperável - Empréstimos e Recebíveis

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	225.208	114.110
Constituições Líquida de Reversão	32.983	185.705
Baixa para Prejuízo	(98.745)	(74.607)
Saldo Final	159.446	225.208
Créditos Recuperados	63.306	29.236

No exercício de 2017, os créditos renegociados são de R\$ 258.469 (31/12/2016 - R\$ 283.382), e a Provisão de Perdas por Redução ao Valor Recuperável constituída para esses contratos em 2017 é de R\$ 39.282 (31/12/2016 - R\$ 61.148), relativo às operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 26.

e) Cessão de Ativos Financeiros

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios foram baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecidos na data da cessão. A venda da carteira no exercício de 2017 foi efetuada no valor de R\$ 573.194 conforme segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	516.578	19.505
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	56.616	17.242
Total da venda ⁽³⁾	573.194	36.747

(1) Não houve lucro na cessão, a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e o valor da reversão da perda por redução ao valor recuperável foi no montante de R\$ 406.419.

(2) O montante de R\$ 56.616 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) Venda feita com partes relacionadas.

f) Receita com Juros e Similares

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	879	1.249
Rendas de Empréstimos	503.985	432.727
Rendas de Títulos Descontados	32.416	55.100
Rendas de Financiamentos	128.451	166.347
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	124	6
Perdas com Créditos incobráveis	(2.170)	(4.249)
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	136.513	110.735
Total	800.198	761.915

8. Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

a) Créditos Tributários

	31/12/2017	31/12/2016
Créditos Fiscais Diferidos	254.963	216.173
Saldo Inicial	291.096	155.605
Constituições	(219.169)	(116.815)
Reversões	326.890	254.963
Débitos Fiscais Diferidos	14.806	4.132
Saldo Inicial	84.451	11.741
Constituições	(51.179)	(1.067)
Reversões	48.078	14.806
Saldo Final	278.812	240.157
Ativo/Passivo Fiscal Diferido	278.812	240.157

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão de Perda por redução ao Valor recuperável e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “Outros créditos – Diversos” e “Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias”, respectivamente.

	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo Fiscal	398.242	200.186
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	99.561	50.047
Base Negativa de Contribuição Social	402.117	203.613
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20%	80.423	40.723
Perda por redução ao Valor Recuperável	176.845	199.873
Perda por redução ao Valor Recuperável - outros créditos	18.759	25.334
Provisão para Ações Trabalhistas	19.306	20.621
Provisão para Contingências Cíveis	17.696	20.689
Provisão para Despesas Administrativas	49.830	48.002
Provisão PLR - Administradores	4.812	20.766
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos bens não de Uso	11.739	5.884
Ajustes Futuro - DI e DDI	1.026	-
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(48)	-
Perdas em Empréstimos e Repasses	6.296	4.028
Outras Diferenças Temporárias	20.090	19.678
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	326.351	364.876
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	326.351	364.876
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	81.588	91.219
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	65.270	72.975
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	-	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	-	-
Ajustes DI e DDI Futuro	1.026	-
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	1.026	-
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e Cofins Diferidos	48	-
Total do Ativo Fiscal Diferido	326.890	254.963

a.2) Passivo Fiscal Diferido

	31/12/2017	31/12/2016
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	101.048	17.908
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	46	6.776
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(4.701)	(1.148)
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	6.447
PIS/Cofins Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	-	(300)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	96.393	29.683
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	24.098	7.421
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	19.279	5.937
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	101.048	17.908
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	46	6.776
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	6.447
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e Cofins	101.094	31.131
Alíquota de PIS/Cofins	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e Cofins Diferidos	4.701	1.448
Total do Passivo Fiscal Diferido	48.078	14.806
Ativo/Passivo Fiscal Diferido	278.812	240.157

a.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2017	-	-	-	65.859	(14.806)	51.053
2018	80.017	(48.078)	31.939	101.788	-	101.788
2019	36.730	-	36.730	42.956	-	42.956
2020	68.236	-	68.236	43.988	-	43.988
2021	59.114	-	59.114	372	-	372
2022	80.993	-	80.993	-	-	-
Apartir de 2023	1.800	-	1.800	-	-	-
Total	326.890	(48.078)	278.812	254.963	(14.806)	240.157

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

9. Outros Ativos Financeiros

	31/12/2017	31/12/2016
Direitos s/ Venda de Cambio	2.473	2.611
Rendas a Receber	3.190	2.269
Negociação e Intermediação de Valores	1.172	9.618
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 15.a.1 e a.2)	14.328	10.507
Total	21.163	25.005
	21.163	25.005

a) Resultado de Operações de Câmbio

	31/12/2017	31/12/2016
Variação cambial	(368)	(4.334)
Resultado operações de câmbio	3.625	4.874
	3.257	540

10. Imobilizado de uso

			31/12/2017	
	Taxas	Custo	Depreciação	Residual
Outros Ativos Tangíveis				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10%	35.696	(7.767)	27.929
Sistemas de Processamento de Dados ⁽¹⁾	20%	60.129	(18.529)	41.600
Sistemas de Segurança e Comunicações	10%	563	(310)	253
Outros	10%	148	(148)	-
Total		96.536	(26.754)	69.782

			31/12/2016	
	Taxas	Custo	Depreciação	Residual
Outros Ativos Tangíveis				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	10%	35.227	(4.733)	30.494
Sistemas de Processamento de Dados	20%	86.150	(18.432)	67.718
Sistemas de Segurança e Comunicações	10%	840	(518)	322
Outros	10%	552	(552)	-
Total		122.769	(24.235)	98.534

11. Ativo Intangível

			31/12/2017	31/12/2016
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento ⁽¹⁾	808.036	(134.095)	673.941	639.434
Total	808.036	(134.095)	673.941	639.434

(1) Gastos referentes a softwares e com o projeto digital.

12. Outros Ativos

	31/12/2017	31/12/2016
Relações Interfinanceiras	2.413	20
Outros Valores e Bens	104.622	64.857
Despesas Antecipadas	16.756	16.928
Adiantamentos Salariais/Outros	1.172	8.312
Devedores Diversos no País	13.743	6.496
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 28)	297.419	410.270
Outros	10.242	1.820
Total	446.367	508.703

13. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

a) Recursos de Clientes

	31/12/2017				
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos à Vista	191.152				191.152
Depósitos Interfinanceiros		90.426	12.103		102.529
Depósitos a Prazo - CDB e RDB		901.641	1.173.243	1.601.649	3.676.533
Total	191.152	992.067	1.185.346	1.601.649	3.970.214

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2016				Total
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Depósitos à Vista	77.850	-	-	-	77.850
Depósitos Interfinanceiros	-	12.557	60.334	-	72.891
Depósitos a Prazo - CDB e RDB	-	356.692	805.408	1.836.017	2.998.117
Total	77.850	369.249	865.742	1.836.017	3.148.858

Em 31 de dezembro de 2017, os Depósitos a Prazo estão compostos por RDB no montante de R\$ 144.547 (31/12/2016 - R\$ 198.697), CDB no montante de R\$ 3.537.186 (31/12/2016- R\$ 2.799.420).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 129,5% do CDI, (31/12/2016 - 90% e 129,5% do CDI) e para as operações prefixadas o valor da taxa praticada varia entre 6,23 % a.a. e 19,19 % a.a. (31/12/2016 - 11,89% a.a. e 19,19% a.a.). Para operações de RDB com taxas pós-fixadas praticadas de 101,5 % a 106 % do CDI (31/12/2016 - 101% a 106% do CDI).

b) Recursos de Instituições Financeiras

	31/12/2017	
	Até 3 Meses	Total
Carteira Própria	485.660	485.660
Títulos Públicos ⁽¹⁾	485.660	485.660
Total	485.660	485.660

(1) Refere-se a LTN, NTN-B e LFT.

	31/12/2016	
	De 3 a 12 Meses	Total
Carteira Própria	305.428	305.428
Títulos Públicos ⁽¹⁾	305.428	305.428
Carteira de Terceiros	84.663	84.663
Títulos Públicos - NTN B	84.663	84.663
Total	390.091	390.091

(1) Refere-se a LTN e Debêntures.

c) Recursos de Emissão de Títulos

	31/12/2017			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares				
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	368.006	332.476	73.929	774.411
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	171.916	692.506	100.850	965.272
Letras Financeiras- LF	-	59.010	57.382	116.392
Total	539.922	1.083.992	232.161	1.856.075

	31/12/2016			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares				
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	489.564	417.164	154.830	1.061.558
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	266.194	635.727	228.912	1.130.833
Letras Financeiras- LF	33.252	80.950	101.754	215.956
COE (Captação de operação estruturada)	145	2.278	-	2.423
Total	789.155	1.136.119	485.496	2.410.770

O Banco realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 88 % e 104 % do CDI (31/12/2016 - 89% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 6,01 % a.a. e 16,62 % a.a (31/12/2016 - 10,78% a.a. e 16,62% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 85 % a 102 % do CDI (31/12/2016 - 87% e 102,6% do CDI). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 112 % a 120 % do CDI ou 107,5 % a 108,5 % do IPCA, (31/12/2016 - 115% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA).

d) Despesa com Juros e Similares

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
	Depósitos a Prazo	(320.707)
Depósitos Interfinanceiros	(12.807)	(3.414)
Captação no Mercado Aberto ⁽¹⁾	(17.518)	(5.908)
Despesas De Letras Financeiras e Imobiliárias	(105.915)	(105.382)
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	(81.763)	(191.196)
Despesa de contribuição FGC	(7.210)	(6.900)
Empréstimos e Repasses	(2.719)	(17.310)
Outros	(217)	(268)
Total	(548.856)	(630.955)

(1) Inclui, principalmente, despesas com recursos de mercados e emissão de títulos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Outros Passivos Financeiros

a) Obrigações por repasses

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Obrigações por Repasses - Funcafé	-	95.458
Captações no Exterior	-	104.017
Negociação e Intermediação Financeira	-	-
Carteira Câmbio	-	7.363
Total	-	206.838

15. Provisões

a) Provisões e Passivos Contingentes

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para Ações Trabalhistas (Nota 15.a.1)	22.455	20.622
Provisão para Ações Cíveis (Nota 15.a.2.1)	17.696	20.689
Total	40.151	41.311

a.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. A movimentação das provisões para processos trabalhistas está demonstrada a seguir:

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.111 (31/12/2016 - R\$ 5.730).

	31/12/2017 Trabalhistas	31/12/2016 Trabalhistas
Saldo Inicial	20.622	18.752
Constituição	4.338	9.104
Atualização Monetária	2.300	3.506
Reversão	(4.805)	(10.740)
Saldo Final	22.455	20.622

a.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos.

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 7.217 (31/12/2016 - R\$ 4.778).

	31/12/2017 Cíveis	31/12/2016 Cíveis
Saldo Inicial	20.689	33.759
Constituição	6.199	4.447
Atualização Monetária	312	1.708
Reversão	(9.504)	(19.225)
Saldo Final	17.696	20.689

a.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de naturezas trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	31/12/2017	31/12/2016
Processos Trabalhistas	74.862	5.112
Processos Cíveis	33.245	32.451
Total	108.107	37.563

16. Obrigações Fiscais

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	1.163	1.827
Impostos e Contribuições sobre Salários	7.797	11.397
Outros	2.666	2.932
Provisão para Imposto de Renda	377	8.301
Provisão para Contribuição Social	141	6.682
Total	12.144	31.139

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

17. Outros Passivos

	31/12/2017	31/12/2016
Ordens de Pagamento em Moeda Estrangeira	3.413	20.908
Dividendos e Bonificações a Pagar	-	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar	89.247	95.710
Despesas de Pessoal	74.410	90.894
Outras Despesas Administrativas	11.103	1.483
Outros Pagamentos	3.644	3.328
Consignados	90	5
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	13.794	14.134
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	1.660	11
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	1.107	268
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	-	-
Rendas Antecipadas	11.810	7.593
Outras ⁽³⁾	130.976	87.639
Total	252.007	226.263

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

(3) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original que são pagos em outros bancos em D+1 e a obrigações com a bandeira referente às operações com cartões de débito e crédito.

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social de R\$2.130.001 (31/12/2016 - R\$ 2.130.001) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	31/12/2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001

	31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001

b) Outros Resultados Abrangentes

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN, LFT e títulos privados. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo atingiu o montante de R\$ 614 (31/12/2016 - R\$ 3.554).

c) JCP e Dividendos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram deliberados JCP e Dividendos.

19. Limites Operacionais

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de Patrimônio de Referência (PR Nível I e Nível II) e Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

O cálculo dos Ativos Ponderados ao Risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o Índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pela Instituição.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do Índice de Basileia, calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Banco Original S.A e Banco Original do Agronegócio S.A), nos termos da Resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro.

	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência Nível I	1.307.344	1.837.621
Patrimônio de Referência (Níveis I e II)	1.307.344	1.837.621
RWA (Patrimônio de Referência Exigido)	8.017.216	9.139.737
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	6.467.540	7.344.262
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	857.777	1.240.323
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	691.898	555.151
Índice de Basileia III e II ⁽¹⁾	16,3%	20,1%

(1) Para fins de apuração do índice de Basileia, o Conglomerado de forma conservadora, e em linha com os conceitos de Basileia de uma gestão prudencial, está excluindo o impacto da venda da marca na apuração do Nível I e a Exposição de RWA, a fim de demonstrar a não alavancagem dos negócios até que haja o efetivo recebimento das parcelas em aberto pela venda da marca. O índice de Basileia não excluídos os impactos mencionados é de 19,1%.

Em 2017 e 2016 o Conglomerado Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 10,5%, e com Patrimônio de Referência compatível com o nível de risco da instituição.

O Banco divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Nos anos de 2017 e 2016, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Partes Relacionadas

a) Benefícios Pós-Emprego

Remuneração dos Administradores

Os benefícios de curto prazo recebidos pela administração foram no montante de R\$ 40.359 (31/12/2016 - R\$ 46.031).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde por 2 a 9 meses após o desligamento montam a R\$ 193 (31/12/2016 - R\$ 96).

O Banco não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

b) Plano de Saúde

O Banco é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência a saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do Acordo Coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 622 (31/12/2016 - R\$ 486).

c) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2017	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações S.A. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		31/12/2016	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total (%)
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações S.A. (J&F)	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. As cessões de crédito ocorridas com partes relacionadas foram efetuadas a valor contábil. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2017	31/12/2016	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Ações	329.760	46.461	88.336	21.531
JBS S.A. (JBS) ⁽¹⁾	329.760	46.461	88.336	21.531
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	297.419	410.271	-	-
J&F Investimentos S.A. (Nota 28)	297.419	410.271	-	-
Depósito a Vista	(38.883)	(12.340)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(17.578)	(147)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	-	(29)	-	-
J&F Participações S.A.	-	(46)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(55)	(17)	-	-
Fazenda Botas Agropecuária LTDA	(2)	-	-	-
Futura Venture Capital Participações LTDA	(2)	(2)	-	-
JJBM Participações LTDA	(2)	-	-	-
JB Barreira do Tiete Agropecuária LTDA	(4)	-	-	-
CV - Radio e Televisão LTDA	(7)	(7)	-	-
JB Agropecuária LTDA	(8)	(2)	-	-
VLBM Participações LTDA	(14)	(2)	-	-
Ambar Energia LTDA	(23)	-	-	-
JBS Aves LTDA	(210)	(94)	-	-
Agrícola Jandelle	(742)	(1.734)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(2)	(2)	-	-
Seara Alimentos Ltda.	(162)	(9.943)	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(12.039)	(71)	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(7.989)	(1)	-	-
Eldorado Brasil Celulose AS	(44)	(178)	-	-
Promotora (JBS)	-	(65)	-	-
Depósito Interfinanceiro	-	-	-	(1.930)
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	-	-	(1.930)
Depósito a Prazo	(1.065.603)	(248.685)	(25.207)	(10.609)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(6.597)	(15.789)	(919)	(332)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(5.040)	(9.959)	(702)	(221)
JBS S.A. (JBS)	(51.124)	(61.831)	(7.800)	(3.543)
Fip Caixa Milao	(29)	-	(2)	-
Fip Multiestratégia Formosa	(468.060)	-	(812)	-
Instituto Germinare	(13)	(105)	(0)	(1)
J&F Floresta Agropecuária Araguaia LTDA	(438.819)	-	(742)	-
São João Transmissora de Energia S.A.	(1.465)	-	(102)	-
JB Agropecuária LTDA	(6)	-	-	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	-	-	-	-
Eldorado Brasil Celulose AS	-	(70.274)	-	(274)
J&F Participações Ltda.	(28.135)	(28.961)	(5.646)	(3.852)
J&F Investimentos S.A.	-	(1.381)	-	(1)
Seara Alimentos Ltda.	(66.316)	(60.385)	(8.483)	(2.385)
Captação no Mercado Aberto	(105.594)	(84.663)	(8.140)	(6)
Banco Original do Agronegócio S.A.	(97.148)	(84.663)	(8.136)	(6)
Eldorado Brasil Celulose S.A.	(8.446)	-	(3)	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Demais Transações

Cessão de Crédito: Em 2017 foi feita cessão de carteira de crédito com transferência substancial de riscos e benefícios, para empresas ligadas, no montante de R\$ 573.194. (Nota 7.e). O montante de R\$ 245.098 foi recebido em ações da JBS, classificadas no ativo como títulos disponíveis para negociação e o montante de R\$ 328.096 foi recebido em caixa.

Direitos Creditórios: Foi feita a aquisição de direitos de recebíveis decorrente de vendas mercantis, a valor de mercado, no montante de R\$ 1.669.649 (31/12/2016 -R\$ 1.821.844), da cadeia produtiva da J&F Investimentos S.A.

Prestação de serviços: Em 22 de dezembro de 2016 o Banco Original firmou contrato com a J&F Investimentos S.A. para adquirir serviços de consultoria de inteligência e marketing, para promoção e divulgação de suas atividades, visando sua consolidação e expansão perante seu público. O valor estabelecido para pagamento dos serviços está baseado em indicadores de performance do Banco. O impacto no resultado no exercício foi de R\$ 3.700.

Vendas de ações: Foram vendidas 5.524.861 ações da JBS S.A, cujo valor negociado a mercado foi de R\$ 49.999 para partes relacionadas.

21. Receitas de Serviços e Comissões

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Cobrança e Arrecadações	9.692	5.661
Serviços de Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	7.221	3.699
Serviço Assessoria Financeira	5.848	12.390
Serviço de recebimento e envio de valores	3.163	6.136
Rendas De Garantias Prestadas	7.516	4.970
Outras	3.272	1.328
Total	36.712	34.184

22. Outras Receitas e Despesas

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Atualização de Depósitos Judiciais	927	661
Atualização de Impostos a Compensar	5.215	2.838
Recuperação de Encargos e Despesas	8.735	1.282
Provisões/Reversão Operacionais:		
Trabalhistas e Cíveis	1.159	11.201
Outras Provisões Operacionais	4.556	(419)
Incentivo Fiscal ⁽¹⁾	30.592	21.167
Outras	(10.891)	18.632
Total	40.293	55.362

(1) Trata-se do valor aprovado do "Incentivo Tecnológico de 2015 (Lei do BEM)."

23. Despesas Gerais e Administrativas

a) Despesa de Pessoal

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Remuneração	(192.036)	(164.691)
Encargos	(59.887)	(50.012)
Benefícios	(34.011)	(23.217)
Participação no Lucro	(44.222)	(54.753)
Treinamento	(729)	(1.508)
Total	(330.885)	(294.181)

b) Despesa Administrativa

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(48.232)	(51.509)
Depreciações e Amortizações	(105.498)	(52.217)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(6.187)	(91.904)
Comunicações	(2.248)	(1.829)
Processamento de Dados	(106.615)	(66.241)
Aluguéis	(10.216)	(11.473)
Transportes e Viagens	(4.805)	(6.376)
Serviços de Vigilância e Segurança	(3.510)	(3.569)
Manutenção e Conservação de Bens	(3.338)	(4.069)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(55.542)	(21.886)
Água, Energia e Gás	(1.591)	(1.549)
Material	(1.358)	(769)
Despesas Legais e Jurídicas	(3.536)	(3.580)
Outras	(8.589)	(9.229)
Total	(361.265)	(326.200)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Referem-se principalmente a despesas com a utilização de cartões de débito e crédito, corretagens e outros serviços financeiros.

24. Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Despesa com Cofins	(24.594)	(17.605)
Despesa com ISS	(2.059)	(1.678)
Despesa com PIS/Pasep	(3.997)	(2.863)
Outras	(4.175)	(1.311)
Total	(34.825)	(23.457)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

25. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para perda por redução ao valor recuperável e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP	(36.795)	7.381
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	(1.845)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(28.579)	(46.453)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(26.534)	(46.456)
Base de cálculo - CSLL	(65.374)	(37.300)
Base de cálculo - IRPJ	(63.329)	(37.342)
CSLL - 20%	(13.075)	7.460
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(15.831)	9.863
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(28.906)	17.323
IRPJ e CSLL exercícios anteriores	-	-
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	(28.906)	17.323

26. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Original preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo as regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência na mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

O Banco qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de Crédito: possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de Liquidez: possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco Operacional: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de Capital: é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Banco está sujeita, frente a seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a) Risco de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco Original. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da Resolução nº 4.557/2017 e Resolução nº 3.464/2007 do Conselho Monetário Nacional.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de:

- Atender às necessidades dos clientes; e
- Realizar a gestão das exposições da carteira ao risco de mercado e de taxa de juros.

O Banco segrega suas exposições em carteiras de negociação (trading) e carteira bancária (banking), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução nº 4.557/2017 e da Circular nº 3.354/2007, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições onde há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading da Instituição. Neste caso, diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- VaR Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e "holding period" estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- Stress Test; e
- Stop Loss.

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Banco detinha um único instrumento financeiro derivativo classificado contabilmente, nos termos da Circular nº 3.082/2002, como hedge de fluxo de caixa. Este instrumento é um SWAP que faz o hedge da variação cambial do Capital da agência do Banco Original em Cayman.

Carteira "Trading"	"Value at Risk"			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Média	Fechamento	Média	Fechamento
Fator de Risco				
Pré-Fixado	1.012	69	8.363	47
Boi Gordo	3	-	26	-
Milho	-	-	25	-
Moedas Estrangeiras	365	1.448	1.862	270
Índice Bovespa	99	-	248	-
Ações	1.439	88.684	13.314	14.470
Exposição com Correlação	3.125	85.729	18.291	14.033

Carteira "Banking"	Análise de Sensibilidade			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Média	Fechamento	Média	Fechamento
Fator de Risco				
Risco de Taxa de Juros	29.790	34.221	29.449	27.123

Destaca-se que o aumento relevante do Value at Risk (VaR) na linha referente ao Fator de Risco em Ação Bolsa foi resultado do aumento do estoque de ações da JBS recebidas como parte de pagamento de cessão de crédito.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

A composição do valor de marcação a mercado da carteira dos ativos e passivos sujeitos ao risco de taxa de juros pode ser observada abaixo:

				31/12/2017
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	(35.118)	-	-	(35.118)
Empréstimos e Recebíveis	2.111.533	147.109	318.479	2.577.121
Outros	(128.282)	22.014	-	(106.268)
Passivos Financeiros				
Recursos de Instituições Financeiras	7.457	1.214	-	8.671
Recursos de Emissão de Títulos	(110.290)	(399.293)	(590.990)	(1.100.573)
Outros Passivos Financeiros	(127.645)	-	-	(127.645)
Gap (ativos-passivos)	1.717.655	(228.956)	(272.511)	1.216.188
Derivativos	548.354	30.859	(77.355)	501.858
Total com Derivativos	2.266.009	(198.097)	(349.866)	1.718.046

				31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	2.949	-	-	2.949
Empréstimos e Recebíveis	1.896.079	260.570	295.577	2.452.226
Outros	735.253	60.869	-	796.122
Passivos Financeiros				
Recursos de Instituições Financeiras	1.114	3.630	-	47.744
Recursos de Emissão de Títulos	(124.816)	(446.158)	(697.533)	(1.268.507)
Outros Passivos Financeiros	(101.986)	(74.750)	-	(176.736)
Gap (ativos-passivos)	2.408.593	(195.839)	(401.956)	1.810.800
Derivativos	(144.978)	(44.802)	(104.990)	(294.770)
Total com Derivativos	2.263.615	(240.641)	(506.946)	1.516.030

O risco de variação cambial segregado nas diferentes moedas em que o portfólio do Banco está sujeito pode ser observado nas tabelas abaixo:

	31/12/2017	
	Dólar	Euro
Ativos Financeiros		
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	13.994	35
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-	-
Empréstimos e Recebíveis	684.163	-
Outros Ativos	62.108	-
Passivos Financeiros		
Depósitos de Entidades Financeiras	-	-
Gap (ativos-passivos)	760.265	35
Derivativos	(784.238)	(2.916)
Total com Derivativos	(23.973)	(2.881)

	31/12/2016	
	Dólar	Euro
Ativos Financeiros		
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Bacen	14.674	1.838
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-	-
Empréstimos e Recebíveis	915.718	-
Passivos Financeiros		
Depósitos de Entidades Financeiras	(104.480)	-
Depósitos de Clientes	-	-
Empréstimos e Repasses	-	-
Outros Passivos	-	-
Gap (ativos-passivos)	825.912	1.838
Derivativos	(877.728)	40
Total com Derivativos	(51.816)	1.878

b) Risco de Crédito

O Banco, em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

Dentre suas principais responsabilidades, o Risco de Crédito zela pela definição e responsabilização dos diversos agentes envolvidos no ciclo de crédito, a formalização dos procedimentos e alçadas, a avaliação e aprovação de práticas, metodologias e critérios de concessão que impliquem individualmente ou de forma conjunta na exposição ao risco de crédito por parte da Instituição.

Igualmente importante, são suas ações de monitoramento do portfólio de crédito, avaliando indicadores de inadimplência, concentração de risco, e estimativa de perda no cenário corrente e em estresse. Estas medidas possibilitam a averiguação da suficiência das provisões e reservas constituídas frente a exposição de risco da Instituição, suportando, conseqüentemente, os eventuais ajustes necessários.

Sob esta óptica, considera-se risco de crédito como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamentos das obrigações creditícias das contrapartes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura comercial ou inversões de cenários macroeconômicos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

No caso particular onde o cliente é a contraparte do Banco para uma operação de derivativos, contratos com exposição cambial ou indexados a abordagem utilizada é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), pois as perdas estão associadas às flutuações de mercado.

Dada as características de seu portfólio, o Banco opta pela análise individual do risco de crédito de suas contrapartes, tendo por informação os demonstrativos financeiros, as restrições cadastrais, a exposição de crédito por finalidade, aspectos da cadeia produtiva e cenários comerciais, avaliados contra os padrões de mercado, o apetite de risco da Instituição e a experiência pregressa dos executivos de crédito. Desta análise resulta a estimativa do risco de crédito associado à contraparte, medida que direcionará futuras concessões de crédito, nível mínimo de provisionamento, exigência de garantias adicionais e a negociação das condições comerciais dos contratos de empréstimo.

b.1.) Exposição Máxima ao Risco de Crédito

A tabela abaixo demonstram os valores das exposições totais ao risco de crédito utilizado para a alocação de capital, independentemente da ponderação utilizada nas normas legais e mitigação de risco por garantias colaterais aos empréstimos, considerando inclusive as contrapartes centrais:

	Exposição ao Risco de Crédito	
	31/12/2017	31/12/2016
Exposição Total	7.569.114	7.741.195

b.1.1.) Ativos Financeiros

	Exposição ao Risco de Crédito por ativo financeiro	
	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações no mercado aberto	59.999	886.056
Depósito Interfinanceiro	142.252	65.978
Aplicação em Moeda Estrangeira	62.976	17.969
Títulos Públicos	1.636.661	725.948
Título Privado	83.861	165.031
Derivativos	10.122	25.362
Empréstimos e Recebíveis	4.959.551	5.313.563
Câmbio Exceto ACC	70.453	91.352
Garantias Prestadas	395.162	332.369
Total	7.421.037	7.623.628

b.1.2.) Análise do vencimento dos ativos

	Empréstimos e Adiantamentos Impairment e Não Impairment	
	31/12/2017	31/12/2016
Créditos não Vencidos (sem Impairment)	4.449.360	4.464.126
Créditos Vencidos sem evento de Perda	345.009	509.373
Créditos Vencidos com evento de Perda	165.182	340.064
Total de Empréstimos e Adiantamentos de Clientes	4.959.551	5.313.563
<i>Impairment (Perdas por Redução ao Valor Recuperável)</i>	<i>(159.446)</i>	<i>(225.208)</i>
Valor Líquido	4.800.106	5.088.355

Os demais ativos financeiros possuem características especiais que minimizam o risco de perda ou não são aplicáveis no caso de garantias avais e fianças prestadas, dessa forma a instituição divulga somente o risco de crédito da carteira de empréstimos e recebíveis.

b.1.3.) Análise dos ativos financeiros que individualmente sofreram impairment

A instituição entende que se existirem evidências objetivas de perda nas operações de crédito individualmente relevantes, o valor de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas) descontando a taxa de juros efetiva original da operação.

Dessa forma o valor da perda mensurado deve ser reconhecido no resultado e demonstrado na Demonstração de Resultado.

Para a análise individual foram considerados os clientes com saldo total ou igual ou superior a R\$ 3 MM e classificação interna de risco como C (classificação interna de risco de acordo com os critérios da Resolução n° 2.682)

As operações individualmente imateriais e as operações de crédito relevantes que não foram provisionadas devem ser incluídas na análise coletiva. Para efetuar a análise coletiva, a entidade deve agrupar os ativos por características similares de risco de crédito, que são indicativas da habilidade dos devedores em pagar os montantes de acordo com os termos contratuais.

A carteira de consignado, em run-off, foi analisada de forma separada das demais carteiras.

Os contratos com atraso acima de 180 dias são transferidos para write-off por se tratar historicamente da expectativa de recebimento da carteira de crédito.

b.2.) Risco de Crédito Potencial

Em particular, os derivativos tem pouca previsibilidade de ganhos e perdas associados às oscilações de mercado, motivo pelo qual a instituição utiliza um modelo de análise histórica sobre o ativo subjacente da operação em foco, dado um conjunto de prazos e um nível de confiança, a fim de estimar o risco potencial da operação. Esta medida é denominada Risco de Crédito Potencial (RCP), que é somada à posição de crédito do cliente para fins da apuração da exposição total ao risco de crédito da contraparte.

Abaixo são apresentadas as informações relativas ao valor notional dos contratos sujeitos ao risco de crédito potencial e às garantias recebidas para mitigar este risco.

	Valor Notional - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito Potencial	
	31/12/2017	31/12/2016
BMF - Contratos com Câmara Central Atuando como Contraparte	1.445.445	3.619.153
CETIP - Contratos sem Câmara Atuando como Contraparte Central	956.799	1.682.344
SELIC - Contrato sem Câmara Atuando como Contraparte Central	537.223	1.220.756
Total	2.939.467	6.522.253

Segue abaixo o valor bruto dos contratos (valores positivos da marcação a mercado) sujeitos ao risco de crédito da contraparte.

	Valor Positivo Bruto - Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito Potencial	
	31/12/2017	31/12/2016
CETIP - Contratos sem Câmara Atuando como Contraparte Central		
Derivativos	10.142	25.379
Total	10.142	25.379

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Garantias

A instituição utiliza-se de garantias reais e pessoais como mitigadores de risco em suas operações de crédito, derivativos e operações compromissadas. As operações de crédito são estruturadas e propostas com as garantias de acordo com as características intrínsecas de cada crédito concedido. O processo de análise de crédito verifica as garantias frente o nível do risco da operação, e, por fim, delibera sobre a aprovação, suficiência ou reprovação das garantias apresentadas.

Seguindo linhas gerais, a distribuição geográfica das garantias reais segue aquela das operações de origem. Na maioria dos casos, o tipo de garantia solicitada dependerá da modalidade do empréstimo, qualidade creditícia, ramo de atividade e segmento econômico do proponente da operação de crédito. Assim, a diversificação de garantias recebidas acompanhará a distribuição da carteira de crédito, por modalidades e segmentos.

Segue abaixo a relação das principais garantias operadas pelo Banco:

- Aval dos sócios e cotistas;
- Penhor ou alienação fiduciária de bens móveis;
- Hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios e títulos de crédito; e
- Cessão fiduciária de depósitos e títulos.

O registro das garantias é realizado na forma da lei e, em se tratando de penhor ou alienação de bens móveis ou imóveis, em regra se dá nos cartórios competentes.

A avaliação das garantias, em especial relativas à produção agropecuária, é feita com base no preço de mercado do produto na data da concessão e/ou no preço futuro previsto para o produto, considerando o cenário de venda forçada. Realizam-se periodicamente, em média a cada trimestre, ou de acordo com os fluxos de vencimento, histórico ou épocas de abate, colheita, etc., visitas de monitoramento para aferição da real existência das garantias, bem como sua qualidade e condições de manejo e estocagem.

O Banco considera consistentemente as garantias associadas aos empréstimos em carteira, associando ao valor das garantias a probabilidade de arresto das mesmas, para fins de quantificar das potenciais perdas de crédito incorridas em seu portfólio. Esta medida passa a direcionar objetivamente as provisões de crédito constituídas e as ações de cobrança sobre as operações inadimplentes. A redução das perdas potências de crédito somaram aproximadamente R\$ 29.344 mil reais, no fechamento do exercício. (31/12/2016 -R\$ 15.915)

	Mitigação de Risco por Garantias		
	Saldo 31/12/2017	Valor Mitigado	Impacto na Provisão
Agronegócio	363.450	361.329	(6.974)
Corporate	472.748	468.788	(22.370)
Total Mitigado	836.198	830.117	(29.344)

	Mitigação de Risco por Garantias		
	Saldo 31/12/2016	Valor Mitigado	Impacto PCLD
Agronegócio	460.935	458.165	(7.011)
Corporate	660.520	651.997	(8.904)
Total Mitigado	1.121.455	1.110.162	(15.915)

Tanto para gerenciamento interno como para a apuração do capital a ser alocado para cobertura das exposições relativas ao risco de crédito Circular nº 3.644/2013, a instituição utiliza, nas operações de venda com recompra, os recursos financeiros recebidos como mitigador de risco de crédito. Já nas operações de compra com revenda, os títulos públicos federais recebidos são utilizados como mitigadores de risco de crédito. Com estes procedimentos é possível mitigar quase a totalidade da exposição ao risco de crédito original da operação.

Segue abaixo tabela com as exposições mitigadas nas operações compromissadas para fins de alocação de capital referente à Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco:

	Valor Mitigado por Instrumento	
	31/12/2017	31/12/2016
Compra com Revenda	59.999	-
Venda com Recompra	-	-
Total	59.999	-

b.4) Recuperação e Cobrança

A área de cobrança objetiva minimizar as perdas financeiras associadas ao atraso, parcial ou total, dos contratos de empréstimos. A recuperação de crédito segue as regras definidas na "régua de cobrança" estipulada para cada tipo de modalidade de crédito.

As ações de cobrança vão desde o contato com o cliente, negociação amigável, aviso aos garantidores e avalistas, negativação em órgãos que prestam serviço de informação de crédito (SPC, SERASA), chegando a tomada de ações jurídicas cabíveis para a recuperação da dívida.

b.5) Provisionamento de Crédito

O quadro abaixo traz o montante de provisões e carteira para empréstimos e recebíveis.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Individual	516.135	52.976	983.490	182.676
Massificado	4.443.416	106.470	4.330.073	42.531
Total	4.959.551	159.446	5.313.563	225.207

A análise dos dados de provisionamento indica uma redução percentual expressiva dos contratos que representam risco moderado de perda de crédito para a instituição, resultado das estratégias de pulverização do portfólio nos melhores clientes e em contratos com garantias reais associadas, reduzindo consistentemente os riscos de crédito das novas operações.

O total da carteira de empréstimos e recebíveis que apresentam indícios de perda é de R\$ 165.181 (31/12/2016 - R\$ 340.064) e a provisão constituída foi de R\$ 159.446 (31/12/2016 - R\$ 225.208).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.6) Ativos Financeiros por risco de crédito e tipo

31/12/2017				
Classificação Interna	Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e			
	Aplicações no mercado aberto	Títulos Públicos	Títulos Privados	Derivativos Ativos
Baixo	142.252	1.636.661	83.861	9.935
Médio	-	-	-	187
Alto	-	-	-	-
Impairment	-	-	-	-
Total	142.252	1.636.661	83.861	10.122

31/12/2016				
Classificação Interna	Aplicação em Depósitos Interfinanceiros e			
	Aplicações no mercado aberto	Títulos Públicos	Títulos Privados	Derivativos Ativos
Baixo	65.978	725.948	165.031	23.126
Médio	-	-	-	2.236
Alto	-	-	-	-
Impairment	-	-	-	-
Total	65.978	725.948	165.031	25.362

Tendo em vista que o indicador para classificação de risco é o rating atribuído às operações, o nível de risco baixo está associado aos ratings AA, A e B; o nível médio, por sua vez, aos ratings C e D; enquanto os ativos financeiros de nível alto possuem rating E ou inferior.

b.7) Operações de crédito por risco de crédito e vencimento

31/12/2017				
Classificação Interna	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	3.647.378	247.678	-	3.895.056
Médio	703.904	69.009	-	772.913
Alto	98.078	28.323	-	126.401
Impairment	-	-	165.181	165.181
Total	4.449.360	345.010	165.181	4.959.551
	89,7%	7,0%	3,3%	100,0%

31/12/2016				
Classificação Interna	Créditos Não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	3.353.175	166.837	-	3.520.012
Médio	956.379	306.678	-	1.263.056
Alto	154.572	35.858	-	190.430
Impairment	-	-	340.064	340.064
Total	4.464.126	509.373	340.064	5.313.563
	84,0%	9,6%	6,4%	100,0%

b.8) Operações de crédito por portfólio, classe e risco de crédito

31/12/2017					
	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Crédito Rural	180.463	34.569	5.385	9.765	230.182
Crédito Rural - Importação e E	388.374	46.768	11.221	-	446.363
Recebíveis	56.489	53	-	-	56.542
Cartão de Crédito	137.515	10.515	864	56.655	205.549
Conta Corrente	19.106	4.681	9.947	6.188	39.922
Parcelados	30.677	24.339	90	8.720	63.826
Consignado	37	26	111	400	572
Imobiliário	1.671	-	-	1.616	3.287
Pessoa Física - CPF	814.332	120.950	27.618	83.344	1.046.243
Grandes Empresas	246.133	148.823	12.904	34.631	442.491
Micros/ Pequenas e Médias Empresas	2.835.822	503.140	84.647	47.206	3.470.816
Total	3.896.287	772.913	125.169	165.181	4.959.551

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	31/12/2016					
	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total	
Crédito Rural	140.581	26.573	21.184	8.012	196.349	
Crédito Rural - Importação e E	305.501	39.557	-	52.222	397.280	
Recebíveis	45.963	-	-	-	45.963	
Cartão de Crédito	93.727	6.308	252	6.572	106.859	
Conta Corrente	9.663	1.724	496	1.468	13.352	
Parcelados	14.783	3.252	-	-	18.035	
Consignado	520	134	945	716	2.315	
Imobiliário	2.151	17	76	1.762	4.007	
Pessoa Física - CPF	Total	612.888	77.566	22.954	70.752	784.160
Grandes Empresas	439.110	214.892	27.614	6.391	688.007	
Micros/ Pequenas e Médias Empresas	2.468.014	970.599	139.862	262.921	3.841.396	
Total	3.520.012	1.263.056	190.430	340.064	5.313.563	

b.9) Operações de crédito por tipo de análise, porte e risco de crédito

b.9.1) Não vencidos

<u>Operações Avaliadas Individualmente</u>	31/12/2017			
	Baixo	Médio	Alto	Total
Grandes Empresas	-	146.341	-	146.341
Micros/Pequenas e Médias Empresas	-	-	-	-
Pessoa Física	-	149.236	-	149.236
Total	-	96.322	11.221	107.543

Operações Avaliadas Coletivamente

Grandes Empresas	247.280	2.482	2.751	252.513
Micros/Pequenas e Médias Empresas	2.601.597	296.217	75.353	2.973.167
Pessoa Física	799.733	23.352	7.521	830.606
Crédito Rural	178.213	(9.643)	5.175	173.745
Crédito Rural - Importação e Exportação	388.374	2.929	-	391.303
Recebíveis	54.539	24	-	54.563
Cartão de Crédito	131.102	5.450	639	137.191
Conta Corrente	18.848	3.808	1.606	24.262
Parcelados	27.414	20.772	61	48.247
Imobiliário	1.208	-	-	1.208
Consignado	34	12	41	86
Total	3.648.610	322.051	85.625	4.056.286

<u>Operações Avaliadas Individualmente</u>	31/12/2016			
	Baixo	Médio	Alto	Total
Grandes Empresas	-	132.148	6.796	138.944
Micros/Pequenas e Médias Empresas	-	174.439	111.129	285.568
Pessoa Física	-	47.422	17.069	64.491
Total	-	354.009	134.994	489.003

Operações Avaliadas Coletivamente

Grandes Empresas	433.260	28.782	9	462.051
Micros/Pequenas e Médias Empresas	2.316.124	558.521	16.149	2.890.793
Pessoa Física	603.792	15.066	3.421	622.279
Crédito Rural	137.753	3.725	2.478	143.956
Crédito Rural - Importação e Exportação	305.501	7.690	-	313.191
Recebíveis	45.919	-	-	45.919
Cartão de Crédito	88.796	2.153	230	91.179
Conta Corrente	9.440	694	144	10.277
Parcelados	14.702	759	-	15.462
Imobiliário	1.357	-	-	1.357
Consignado	323	45	569	938
Total	3.353.175	956.379	154.573	4.464.126

b.9.2) Vencidos

	31/12/2017		
	Atraso de 1 a 30 dias		Total
	Atraso de 1 a 30 dias	Atraso de 30 a 60 dias	
Pessoa Física	-	-	-
Crédito Rural	2.585	1.650	4.235
Crédito Rural - Importação e Exportação	4.711	2.148	6.859
Recebíveis	717	29	746
Cartão de Crédito	7.038	4.665	11.703
Conta Corrente	3.551	5.921	9.472
Parcelados	-	-	-
Imobiliário	198	265	463
Consignado	13	74	87
Total	18.813	14.752	33.565
Grandes Empresas	10.239	-	10.239
Micro/ Pequenas e Médias Empresas	277.653	23.553	301.206
Total	306.705	38.305	345.010

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.9.2) Vencidos

	31/12/2016		
	Atraso de 1 a 30 dias	Atraso de 30 a 60 dias	Total
Pessoa Física			
Crédito Rural	5.604	4.831	10.435
Crédito Rural - Importação e Exportação	1.323	-	1.323
Recebíveis	44	-	44
Cartão de Crédito	5.113	3.995	9.108
Conta Corrente	768	839	1.606
Parcelados	2.168	405	2.573
Imobiliário	313	575	888
Consignado	529	132	661
Total	15.861	10.776	26.638
Grandes Empresas	59.813	20.809	80.621
Micro/ Pequenas e Médias Empresas	338.780	63.334	402.114
Total	414.454	94.919	509.373

c) Riscos de Liquidez

As diretrizes da Alta Administração para o processo de Risco de Liquidez são norteadas pela Política de Risco de Liquidez que é aprovada e revisada pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução nº 4.557/2017 e a Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012. A definição dos limites, da periodicidade de monitoramento e a revisão das normas são de responsabilidade da Diretoria Executiva de Riscos e aprovadas na alçada do Comitê de Diretoria.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas responsáveis pela gestão de liquidez as informações necessárias para tal.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Banco, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de Caixa
- Teste de Estresse
- Caixa Mínimo

As tabelas abaixo demonstram a expectativa do valor dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros dos seguintes produtos: CDB, CDI, LCA, DPGE, Depósito à Vista e "funding" direcionado. Nesta análise foram considerados os fluxos não descontados e, portanto, os valores podem diferir do apresentado na posição da demonstração financeira.

Também são apresentados os passivos financeiros derivativos, em particular, das operações no mercado de Balcão. Os produtos sujeitos à análise foram o "Swap" e o NDF. O valor em questão representa a marcação a mercado deste conjunto de operações.

	31/12/2017			Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Passivos Financeiros				
Passivos Totais	1.681.022	2.459.775	2.295.035	6.435.832
Derivativos	3.744	1.654	-	5.398

	31/12/2016			Total
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	
Passivos Financeiros				
Passivos Totais	1.218.101	2.280.870	3.158.454	6.657.425
Derivativos	14.496	34.398	-	48.894

31/12/2017	
Indicadores	
Ativos Líquidos/Depósitos Totais	20%
Depósito à Vista/Depósitos Totais	3,26%

31/12/2016	
Indicadores	
Ativos Líquidos/Depósitos Totais	22%
Depósito à Vista/Depósitos Totais	1,35%

d) Risco Operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada na Política de Gerenciamento de Risco Operacional. Este documento define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas e elaborar um Plano de Contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional e Controles Internos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d.1) Gestão de Capital

Gestão de Capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição com a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, visando o planejamento de metas e de necessidade de capital, de acordo com os objetivos estratégicos da instituição (Resolução nº 4.557/2017 e Resolução nº 3.988/2011).

A Diretoria de Riscos monitora e controla a necessidade de capital para fazer frente aos riscos da instituição, reportando os resultados para os órgãos reguladores, as áreas envolvidas no processo e aos comitês gestores.

Os procedimentos relacionados ao gerenciamento de capital têm como objetivo a identificação e avaliação da relação entre o capital exigido e capital disponível. Neste contexto, os processos executados pela Diretoria de Riscos têm como foco: a) evolução e projeção dos principais riscos que a instituição incorre; b) projeção das carteiras de ativos e passivos e dos resultados; c) levantamento das fontes de capital; d) projeção do capital e das necessidades de capital para fazer frente aos riscos; e) apuração e análise da suficiência de capital, de acordo com as metas definidas; e f) aplicação de testes de estresse e reporte dos resultados e controles de limites.

Atualmente, o Patrimônio de Referência (PR) da instituição é composto somente pelo PR Nível I, constituído pelos seguintes instrumentos:

- Ações ordinárias no país;
- Ações preferências não cumulativas e não resgatáveis no país;
- Reserva de lucros;
- Lucros/prejuízos acumulados; e
- Ajustes Prudenciais.

Assim, a instituição não possui instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD), dívidas subordinadas e ações elegíveis a compor o PR Nível II. Na apuração do Patrimônio de Referência (PR) não há nenhum instrumento com prazo de vencimento.

No ano de 2013 o Bacen publicou a Resolução nº 4.193/2013 versando sobre as novas regras de cálculo de capital regulatório, implantando o conceito de Ativo Ponderado pelo Risco ("RWA", sigla em inglês). Estas regras substituíram as definições da Resolução nº 3.490/2007 onde o conceito de capital se baseava nas parcelas de risco e no Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

27. Resultado por Ação

	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Lucro Atribuível ao Controlador	(7.888)	24.704
Quantidade Média de Ações em Circulação		
Média Ponderada do Número de Ações Ordinárias	518.913	518.913
Média Ponderada do Número de Ações Preferenciais	18.913	18.913
Total	537.826	537.826
Lucro Atribuível ao Controlador para Ações Ordinárias	(7.610)	23.834
Lucro Atribuível ao Controlador para Ações Preferenciais	(278)	870
Lucro por Ação Básico e Diluído - Reais		
Ações Ordinárias	(0,01467)	0,04593
Ações Preferenciais	(0,01467)	0,04593

28. Cessão de marca e domínio

O Banco Original, com o objetivo de expandir a presença no setor de atividade em que atua, optou por utilizar a conceituada experiência na gestão de diversas marcas nacionais e internacionais da J&F Investimentos S.A., contando com equipe e consultoria global de profissionais especializados na área de inteligência e marketing. Em 22 de dezembro de 2016 o Banco Original S.A. cedeu para a J&F Investimentos S.A. (Parte Relacionada) a titularidade e todos os direitos sobre a marca e nome dos domínios: www.original.com.br e www.bancooriginal.com.br. O Banco continuará a explorar a marca e domínio mediante pagamento de royalties de 1% do resultado operacional para a J&F.

O preço de venda acordado foi de R\$ 422.000 apurado por especialistas externos e independentes, a ser pago em 36 parcelas nas seguintes condições contratuais: R\$ 11.730 foram recebidos no ato da venda; o saldo de R\$ 410.270 será recebido em 35 parcelas mensais de R\$ 11.720, acrescidos pela variação positiva do CDI a partir do ato da venda até a data do efetivo pagamento, os pagamentos de royalties não ocorreram em 2017. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 297.419, e os resultados reconhecidos decorrentes de atualização de CDI montam o valor de R\$ 35.298 (31/12/2016 - R\$ 365.718) contabilizados na rubrica Resultados de alienações.

29. Reconciliação

a. Conciliação do Patrimônio Líquido e Lucro Líquido em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

	31/12/2017		31/12/2016	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio
Saldos Lucro/Prejuízos Divulgados em BRGAAP	(10.737)	2.083.081	18.467	2.096.758
Ajustes que Afetam o Patrimônio Líquido e o Lucro Líquido	2.849	15.222	6.237	12.371
Perda por Redução do Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis (a)	5.180	27.676	11.339	22.495
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes	(2.331)	(12.454)	(5.102)	(10.124)
Saldos/Lucro Líquido em IFRS	(7.889)	2.098.303	24.704	2.109.130

(a) Perda por Redução no Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis

O Banco adota como política contábil as normas brasileiras para perda por redução no valor recuperável de empréstimos e recebíveis, a análise das operações efetuadas pela Administração, a mensuração da redução no valor recuperável, caso a caso, e também a conjuntura econômica, histórico de perda e os riscos e benefícios globais das carteiras, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/2000 do Bacen. As classificações de risco de clientes ("ratings") são atribuídas por modelo de "credit score", sem a ocorrência de melhorias na classificação por parte do comitê de crédito.

De acordo com o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a perda do valor recuperável de um ativo financeiro deve ser reconhecida quando o valor contábil é maior que seu valor estimado de recuperação.

Para mensurar o montante de redução ao valor recuperável de acordo com o IAS 39 o Banco utilizou as seguintes premissas:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros;
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem numa deterioração na posição financeira do
- Início de processo de recuperação judicial.

Seguindo os critérios dessas premissas o valor da provisão por perda por redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis foi reduzido em R\$ 27.676.

30. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos.

Como é de conhecimento público, em maio de 2017, determinados executivos e ex-executivos da JBS S.A. e da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. (em conjunto com o Banco Original S.A. "Conglomerado Original"), celebraram acordos de colaboração premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"). Em junho de 2017, a J&F celebrou acordo de leniência com o MPF ("Acordo"), devidamente homologado pela 5ª Câmara do MPF em 24 de agosto de 2017, a respeito do qual determinadas informações ainda estão pendentes de levantamento de sigilo. O Conglomerado Original aderiu formalmente ao Acordo em 4 de outubro de 2017.

O Acordo prevê o pagamento de R\$ 10,3 bilhões em 25 anos a serem pagos exclusivamente pela J&F Investimentos S.A. e diz respeito às operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis, Greenfield e demais anexos constantes do Acordo.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do Conglomerado Original, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("Assessores"), iniciaram uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no Acordo, visando constatar eventuais repercussões desses fatos no Conglomerado Original, incluindo-se membros da Administração do Conglomerado Original ou qualquer um de seus funcionários que tenham responsabilidade no processo de elaboração dos relatórios financeiros e que estiveram envolvidos nos mencionados crimes.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente ("Comitê") para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse Comitê ratificou a contratação dos Assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018, com a entrega, ao responsável pelo Departamento Jurídico do Conglomerado Original, do relatório detalhado contendo todo o escopo da investigação, as fontes de informações nas quais teve seu ponto de apoio e o resultado final, incluindo conclusões ("Relatório"), que será remetido ao Ministério Público Federal, no âmbito do Acordo. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do Acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

Observadas as premissas e ressalvas constantes do Relatório, os Assessores conduziram a revisão da documentação relacionada aos temas sob investigação, realizaram entrevistas com pessoas relevantes e análises financeiras e contábeis relacionadas a certas transações dentro do escopo. Os Assessores concluíram a investigação, conforme devidamente detalhado no Relatório, observado que não foram identificadas, dentro do escopo, evidências de que a Administração atual do Conglomerado Original ou seus atuais empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A. é um órgão composto por dois membros externos e independentes, e três diretores do Banco.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco Original S.A, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco Original S.A é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Presidente e supervisionada pelo Comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A, e que foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

O Comitê reuniu-se 13 vezes durante todo o exercício e fez 67 reuniões com a empresa de auditoria independente, com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31.12.2017.

O Comitê de Auditoria emitiu três recomendações, sendo uma de implantação necessária e duas de implantação desejável ao longo do exercício. As recomendações foram aceitas e implantadas.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco Original S.A a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 28 de março de 2018

Comitê de Auditoria